

# Versão definitiva do orçamento prevê gasto de Cr\$ 478,4 trilhões

*Indicação de Fiúza para ministro atrasou redação do texto*

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), recebeu ontem, com atraso de quase 40 dias, a versão final do Orçamento da União para este ano. Com 13.500 páginas, distribuídas em três volumes de 4.500 páginas cada um, o Orçamento foi entregue a Benevides pelo relator da Comissão Mista de Orçamento no Congresso, Ricardo Fiúza, agora ministro da Ação Social. Benevides pretende levar o documento ao presidente Fernando Collor até as 10 horas de hoje.

O Orçamento prevê despesas de Cr\$ 478,4 trilhões, inclusive com seguridade social, mais investimentos de Cr\$ 38 trilhões nas estatais. Além de Fiúza, estiveram na solenidade o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputa-

do Ronaldo Aragão (PMDB-RR) e o vice-líder do bloco governista no Senado, senador Ney Maranhão (PRN-PE).

O atraso na entrega, segundo Benevides, ocorreu em parte pela indicação de Fiúza para o ministério, pois ele teve de acumular as funções de relator da comissão e ministro. A data para a entrega anteriormente combinada entre Benevides, Aragão e Fiúza foi 31 de janeiro. Benevides também destacou o grande número de emendas apresentadas pelos parlamentares — 75 mil emendas contra 13,5 mil do ano anterior — como um dos fatores que retardaram a finalização da proposta.

De acordo com Benevides, o atraso não prejudica a ação do governo, já que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

permite o remanejamento de recursos pelo Poder Executivo, mesmo que o Orçamento ainda não esteja em vigor. Isso permite, segundo o deputado, que se mantenha a máquina administrativa funcionando. “Vamos nos esforçar para que no próximo ano a entrega do Orçamento não pase do dia 10 de janeiro”, afirmou Benevides. O relator da comissão agradeceu à imprensa “pela publicação de informações sobre irregularidades, pois permitiu dar ao Orçamento a transparência necessária”. Fiúza, que apresentou o maior número de emendas, não quis fazer comentários. Seu antecessor na função de relator do orçamento, deputado João Alves, foi a principal vítima das denúncias e por isso foi substituído em outubro.